

AO ASSUMIR A PRESIDÊNCIA do Instituto de Inovação Educacional desejo saudar os leitores de NOESIS e assegurar-lhes que tudo será feito para que a revista continue a ser uma leitura diversificada e estimulante para todos os interessados na educação e, sobretudo, para os profissionais actores do processo educativo.

Os apoios e complementos educativos constituem o tema principal deste número ainda planeado durante a anterior presidência. Não se trata aqui, como a expressão no sentido abrangente indicia, de analisar outros processos sociais que interferem certamente com a educação; fala-se mais de apoios e complementos de natureza educativa do que de apoios e complementos à educação.

A questão voltou à ordem do dia com o novo modelo de avaliação de aprendizagem dos alunos. A avaliação formativa, entendida como dimensão intrínseca e permanente do processo de ensino/aprendizagem com o objectivo de o manter centrado nos respectivos objectivos ou de lhe fixar novas metas, evidencia, muitas vezes, a necessidade de alterar o caminho que vinha a ser seguido naquele processo. Considera-se, geralmente, que urge, então, proporcionar aos alunos uma gama variada de apoios e complementos educativos para que o sucesso seja uma expectativa plausível.

Gostaria de deixar uma interrogação sobre o modo como muitas vezes é perspectivada a questão. O pressuposto, favorecido pela própria expressão, é que certos alunos necessitam de complementos educativos por razões pessoais ou familiares. Ora pode haver situações em que as crianças e os jovens não necessitam que a escola lhes proporcione *mais* oportunidades educativas mas, oportunidades educativas *diferentes* desde o início. Ou seja, não é só o sucesso que pode ser atribuído aos modelos corren-

tes de organização da aprendizagem. Também o insucesso. E, muitas vezes, mais do que apenas prever a hipótese de poder vir a *adicionar* um ou outro complemento educativo, talvez fosse mais oportuno *mudar* desde o início a natureza das oportunidades de aprendizagem que a escola oferece.

O ano lectivo iniciou-se com a criação do sistema de formação contínua de professores. Termina-se com a criação do Sistema de Incentivos à Qualidade da Educação (Despacho n.º 113/ME/93 publicado em 23 de Junho). Trata-se de um conjunto de nove medidas de apoio financeiro (e num caso, de apoio técnico) com vista a “criar oportunidades para que as pessoas e as organizações escolares invistam, cada vez mais, na construção da qualidade da educação”, sem dúvida com a finalidade de garantir o sucesso a um maior número.

De entre as actividades incentivadas destacam-se: realização de projectos de inovação centrada nas escolas; desenvolvimento de projectos educativos de escola em zonas prioritárias ou de projectos que concorram para a prevenção do abandono escolar; participação em congressos e realização de visitas de estudo no País e na Europa; organização de encontros locais para troca de experiências e análise de questões pedagógicas e didácticas; organização de feiras sub-regionais de apresentação de materiais pedagógicos e de projectos educativos; edição de publicações pedagógicas e de materiais e projectos pedagógicos desenvolvidos pelas escolas.

O Instituto de Inovação Educacional gere este sistema de incentivos a que se podem candidatar os professores, as escolas ou os centros de formação das associações de escolas, conforme os casos.

Mas a melhor ocasião para examinar este sistema de incentivos talvez seja depois das necessárias férias que desejo repousantes.

Bártolo Paiva Campos

EDITORIAL